

UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ESCOLAS ESTADUAIS DE ARAGUAÍNA/TO¹

DOI: 10.29327/2283071.12.1-9

A PERSPECTIVE OF FINANCIAL EDUCATION IN THE EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN STATE SCHOOLS IN ARAGUAÍNA/TO

Micaela Matos da Silva²

Rogério dos Santos Carneiro³

Raylson dos Santos Carneiro⁴

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender como a Educação Financeira está sendo trabalhada com os alunos da Educação de Jovens e Adultos em escolas estaduais da cidade de Araguaína/TO. Desenvolvida por uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica para discutir a Educação Financeira no contexto escolar, levando em consideração a constituição histórica no Brasil, bem como a sua definição. Também contou com o desenvolvimento e aplicação de um questionário, destinado a oito professores de Matemática. Os resultados indicam que a Educação Financeira pode ser uma importante ferramenta nessa modalidade de ensino e, de forma geral, pode-se dizer que os professores de Matemática vêm desenvolvendo conceitos sobre a temática com seus alunos por meio de práticas voltadas ao cotidiano, entretanto, observa-se uma falta de clareza sobre o tema, uma vez que, identificou-se uma confusão de conceitos de Matemática Financeira e Educação Financeira.

Palavras-chave: Educação Financeira Escolar. EJA. Professores de Matemática.

ABSTRACT

This research sought to understand how Financial Education is being worked with Youth and Adult Education students in state schools in the city of Araguaína/TO. Developed using a qualitative approach, through a bibliographical review to discuss Financial Education in the school context, taking into account the historical constitution in Brazil, as well as its definition. It also included the development and application of a questionnaire, aimed at eight Mathematics teachers. The results indicate that Financial Education can be an important tool in this teaching modality and, in general, it can be said that Mathematics teachers have been developing concepts on the subject with their students through practices aimed at everyday life, however, there is a lack of clarity on the topic, since a confusion of concepts in Financial Mathematics and Financial Education.

Keywords: School Financial Education. EJA. Mathematics Teachers.

1 O desenvolvimento desta pesquisa contou com auxílio financeiro da PROPESQ/UFNT, Edital n.º 018/2023.

2 Licenciada em Matemática, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: micaela.matos@uft.edu.br

3 Doutor em Educação em Ciência e Matemática, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT/REAMEC). Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre as Perspectivas Históricas e Atuais da Educação Matemática e Matemática (PHEMAT). E-mail: rogerioscarneiro@gmail.com

4 Doutorando em Educação, Universidade Federal do Tocantins (UFT/EDUCANORTE). Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Grupo de Estudo e Pesquisa sobre as Perspectivas Históricas e Atuais da Educação Matemática e Matemática (PHEMAT). E-mail: raylson@mail.uft.edu.br



INTRODUÇÃO

A Educação Financeira ainda não é contemplada na vida de todos os brasileiros, muitas pessoas encontram-se em situação de analfabetismo no que diz respeito às finanças e, assim, têm dificuldade em administrar seu dinheiro de forma equilibrada por falta de conhecimento financeiro. Como resultado, elas são propensas a gastos excessivos e inconscientes, que podem levar a endividamentos e inadimplências.

Nesse contexto, deve-se incluir a Educação Financeira no processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos, de modo que eles possam desenvolver conscientemente habilidades críticas e reflexivas sobre suas escolhas e enfrentar diversas situações relacionadas às questões financeiras cotidianas e futuras. Neste sentido, segundo FORTE (2020, p.24), “uma sociedade bem-educada financeiramente pavimentada a trajetória sustentada de desenvolvimento socioeconômico, auxilia na redução das desigualdades e promove a cidadania”.

Portanto, a questão norteadora para a nossa pesquisa é: Como estão sendo desenvolvidos os conceitos da Educação Financeira com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas estaduais da cidade de Araguaína/TO?. Nessa perspectiva, o objetivo geral do presente estudo é compreender como a Educação Financeira está sendo trabalhada com os alunos dessa modalidade de ensino. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: realizar uma análise do conceito e desenvolvimento teórico da Educação Financeira Escolar no Brasil; verificar como se deu a inserção da Educação Financeira nas escolas do Tocantins; investigar, por meio de um questionário, se os professores de Matemática que atuam na EJA trabalham com a Educação Financeira na sala de aula.

Nesta pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, que, de acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 32), busca “[...] explicar os porquês das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos”. A pesquisa é de procedimento bibliográfico, pois apresenta um levantamento teórico a partir de estudos já realizados por meio de livros, teses, dissertações, artigos científicos, entre outros. Podemos também considerar esta pesquisa como sendo de levantamento, visto que, como afirma Gil (2002, p.50), “as pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

Em meados dos anos 90, o Brasil passava por uma desestabilidade econômica, com inflação alta e generalizada, o que resultava em uma desvalorização da moeda nacional e a impossibilidade de um planejamento financeiro de longo prazo por parte da população. Os preços das mercadorias mudavam diariamente em um período curto de tempo. (TEIXEIRA, 2021).

No entanto, em 1994, com a criação do Plano Real, a economia passou por mudanças, como a solidez e a volta da confiança monetária. Diante desse novo contexto e com melhores condições de vida financeira, um número maior de pessoas ingressava na classe média e, conseqüentemente, houve uma redução da pobreza, como salientam Araújo e Calife (2014). Contudo, diante da capacidade de comprar bens e mercadorias, os cidadãos passaram a consumir sem planejamento, colocando-os em situação de endividamento e inadimplência, causando um desequilíbrio financeiro que, em alguns casos, chegam a ser irreversíveis. Por essa razão, a temática que diz respeito à Educação Financeira precisa estar em evidência em diversas áreas, em especial, no âmbito escolar, sendo fomentada pelo poder público, a fim de evitar problemas para a economia de uma forma generalizada.

No cenário mundial, desde 1961, já existia a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento



Econômico (OCDE), situada em Paris, na França, que tinha como objetivo fortalecer o desenvolvimento econômico entre países-membros e parceiros-chaves, assim como buscar ações para a melhoria das políticas públicas em cada país integrante.

Em 2003, a OCDE definiu o projeto nomeado *Financial Education Project*, “que deveria ser desenvolvido para atender o interesse dos países membros em educar financeiramente seus cidadãos”, como enfatiza Bassetto, Capelato e Fernandes (2021, p.8). Por meio desse projeto, resultou, em 2005, o documento intitulado *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*, trazendo recomendações aos países membros e não membros sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira.

Segundo Silva, Pessoa e Carvalho (2018), o Brasil, desde 1990, esteve envolvido com a OCDE, mas foi em 2007 que se tornou parceiro-chave dessa organização. Desse modo, o país passou a aderir em suas práticas às orientações para a disseminação da Educação Financeira.

Ainda em 2007, foi elaborado o Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de capitais, de seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC). O GT era formado por quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional e tinha como finalidade recomendar a estratégia Nacional de Educação Financeira no país (BRASIL, 2010).

Conforme Kistemann Júnior, Coutinho e Figueiredo (2020), com a crise econômica mundial em 2008, a Educação Financeira ganhou ainda mais destaque pelas políticas governamentais e pela OCDE. Todavia, em 22 de dezembro de 2010, após dezoito meses de trabalho do GT, por meio do decreto nº 7.397/2010, foi instituída pelo governo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), uma política de estado, de caráter permanente, ação conjunta, de iniciativa pública e privada que visa desenvolver a Educação Financeira e Previdenciária no Brasil. A ENEF tem como finalidade: Promover e fomentar a cultura da educação financeira no país; ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros e de capitalização (BRASIL, 2011a).

A ENEF contém ações que contemplam programas transversais e setoriais, com uma administração centralizada e execução descentralizada (BRASIL, 2010). Para a gestão e organização das ações e programas da ENEF na propagação da Educação Financeira no país, foi criado ainda, em 2010, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), composto por sete órgãos e entidades do governo e quatro organizações da sociedade civil. Cabe ressaltar que, para oferecer instruções pedagógicas às ações da ENEF, existe o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) formado por representantes do Ministério da Educação (MEC), de setores financeiros e instituições da sociedade civil.

A fim de coordenar os programas transversais, foi criada, em 2011, pelo CONEF, a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), uma organização classificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos. “Já os programas setoriais correspondem às ações e programas realizados pelas instituições membros do CONEF” (BASSETTO; CAPELATO; FERNANDES, 2021, p.10). Os programas transversais da ENEF tinham a seguinte divisão: Programa de Educação Financeira nas Escolas, destinado para crianças e jovens do Ensino Fundamental e Médio; Programa de Educação Financeira de adultos, destinado para adultos e mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família e aposentados com renda de até dois salários mínimos

Ainda em 2011, o Plano diretor foi aprovado pelo CONEF, incluindo planos, ações e programas voltados para a consolidação da ENEF. Entre seus anexos, estão as *Orientações para Educação Financeira nas Escolas*. De modo a seguir a essas orientações, foi desenvolvido, em seis estados brasileiros, o projeto-piloto de Educação Financeira voltado para o Ensino Médio, com o envolvimento de 891 escolas públicas. De acordo com a avaliação realizada pelo Banco Mundial, os jovens são mais capazes de poupar, organizar seus gastos,



negociar, e planejar para alcançar metas pessoais. No período de 2012 a 2015, cerca de 3 (três) mil escolas do Ensino Médio foram atingidas pelo programa, com a capacitação de mais de 10 mil professores nos 26 estados da federação e no Distrito Federal (FORTE, 2021).

A AEF-Brasil atuou no processo de disseminar a temática Educação Financeira nas unidades escolares, “[...] desenvolveu os programas de Educação Financeira para os dois públicos-alvo, criando tecnologias sociais e material didático de apoio às iniciativas, como os livros didáticos para os professores e alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” (FORTE, 2021, p.32). Ainda no mesmo período, em 2014, surgiu a Semana Nacional de Educação Financeira, uma iniciativa do CONEF, estando entre os programas transversais da ENEF, contando com uma variedade de ações gratuitas voltadas à Educação Financeira, que devem acontecer anualmente em diversas cidades do país.

De 2015 a 2016, o programa Educação Financeira atingiu o Ensino Fundamental, trabalhando eixos temáticos e narrativos ficcionais envolvendo conceitos financeiros. Foi desenvolvido o projeto-piloto na rede municipal de Joinville (SC) e Manaus (AM) em 201 escolas públicas, envolvendo 400 professores e 14.886 alunos (FORTE 2021). Como resultado, “sugerem que o programa teve impacto positivo no conhecimento financeiro e nas atitudes relacionadas às decisões de consumo e poupança” (AEF-Brasil, 2016, p.26). Desse modo, como ainda afirma Forte (2021, p. 38), “[...] a AEF-Brasil atuou na elaboração e disseminação do Programa Educação Financeira nas Escolas para Ensino Fundamental, atingindo cerca de 1.340 escolas, capacitando cerca de 8.000 professores e multiplicadores em 12 estados e impactando mais de 207.510 alunos”.

Porém, a Educação Financeira ganhou maior relevância no panorama educacional no país com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017. A BNCC é um documento normativo que define as aprendizagens fundamentais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica. Na Base Nacional Comum Curricular, a Educação Financeira é tida como tema transversal e integrador, devendo ser tratada de forma contextualizada nas unidades de ensino.

Cabe aos sistemas de Ensino, assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas e abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação para o consumo, educação financeira e fiscal [...]. Na BNCC essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (BRASIL, 2017, p.19-20)

Desse modo, a Educação Financeira tratada na BNCC não é considerada como uma disciplina específica do currículo escolar, mas uma temática que deve ser integrada e dialogada em diferentes áreas do conhecimento.

O MEC projetou que, até o ano de 2020, todas as escolas do Brasil deveriam incluir, como obrigatório, o tema Educação Financeira no ensino, com base nas diretrizes propostas pela BNCC, no entanto, é pouco provável que o cumprimento dessa diligência foi totalmente efetivado. Entre os motivos do não cumprimento, podemos considerar a pandemia do Covid-19, visto que, em 2020, as aulas presenciais foram suspensas em todo o território nacional e, por quase dois anos, as unidades de ensino tiveram que se adaptar à modalidade de ensino remota.



ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A ENEF é inspirada pelo conceito de Educação Financeira definido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2005, adaptado para a realidade brasileira, que define Educação Financeira:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessárias para se tornarem conscientes das oportunidades e riscos envolvidos, e então façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem estar, contribuindo, assim, de modo consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005, [s/p])

A Educação Financeira auxilia nas tomadas de decisões conscientes, fazendo um bom uso do dinheiro e tendo a compreensão de que suas escolhas de hoje influenciarão diretamente os seus resultados de amanhã. Assim, conforme Teixeira e Kistemann Júnior (2017), a Educação Financeira tem como objetivo educar, reeducar e ajudar a lidar nas questões financeiras, podendo mudar hábitos e reavaliar atitudes para ter um futuro bem- planejado.

Ao ultrapassar o atendimento das necessidades e dirigir-se ao atendimento dos desejos, vivenciamos na sociedade líquido-moderna o que denominamos de “capitalismo do consumo”, que acompanha e é acompanhado por uma ética de infantilização e que tem como protagonista ideal, segundo os segmentos de mercado e mídia, o consumidor compulsivo, que gosta de variedades e novidades, fixando na imagem que os produtos podem lhe impingir e destacá-lo do lugar comum, do anonimato, sem despertá-lo do sonho mágico do consumo. (KISTEMANN JR, 2011, [s/p])

Por isso, a importância em refletir sobre o que é necessidade e desejos, isto é, o que pode ser considerado como prioridade ou simplesmente um mero prazer, “saliente-se que a consciência financeira deve considerar prioritariamente a necessidade em relação ao desejo” (PELICIOLI, 2011, p. 30). Já que, nessa atual sociedade consumista, ao querer satisfazer seus anseios, o indivíduo pode vir a ceder às “armadilhas” do consumo, precipitando-se em consumir impensadamente e, com certo descontrole, levando-o ao endividamento e à inadimplência.

A Educação Financeira não é aprender a trabalhar com finanças, nem se trata de ser um profissional da área. Ter conhecimento a respeito dessa temática contribui para formação de um indivíduo mais capacitado no âmbito profissional. Tendo uma boa instrução financeira a pessoa consegue saber quando, quanto e pode gastar, ou seja, ele sabe fazer um planejamento sobre o seu dinheiro, o que colabora para as tomadas de decisão. (SIMEÃO; SANTOS; FERREIRA, 2011, p.4)

A Educação Financeira, de acordo com Stephani (2005, p.25), “ajudará o indivíduo a ver o mundo e suas relações com mais clareza e o instrumentará para decidir de forma mais segura e emancipada”. Essa temática vai além de sua essência, pois não considera atitudes e comportamentos apenas para solucionar problemas, mas também cria situações reflexivas, cientes que esses fatores influenciam na perspectiva e



tomadas de decisões financeiras conscientes.

Eu preciso realmente comprar isso de imediato, é necessário? Quanto vou poder gastar? Posso ultrapassar o meu salário? Quais as minhas metas? O que devo abrir mão hoje? Que decisões financeiras devem ser tomadas? Quais minhas prioridades? Visto que, caso se queira adquirir bens materiais ou serviços, indagações como essas e outras devem ser feitas. Desse modo, [...] “a capacidade de avaliar as situações e conhecer os riscos e as vantagens de cada uma delas já pode favorecer de forma importante as decisões financeiras pelas quais as pessoas, de modo geral, passam” (SANTOS, 2017, p.21).

Portanto, podemos analisar dentro do contexto financeiro a importância de um indivíduo estar ciente das suas escolhas e ser capaz de fazer julgamentos fundamentados. Conforme salientam Oliveira e Stein (2015), um cidadão crítico sabe estabelecer a importância daquilo que tende a ser-lhe mais favorável ao consumir, não se deixando influenciar pela opinião de outras pessoas ou pelas mídias publicitárias.

A Educação Financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro, é muito mais que isso. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos. (TEIXEIRA, 2015, p.13)

Neste sentido, a Educação Financeira não é uma metodologia de ensino que vai ditar como e quando as pessoas devem gastar ou economizar seu dinheiro, mas ela traz um convite a refletir sobre o comportamento financeiro, visto que “[...] para lidar com finanças deve-se perceber que não há um só modo correto” (PELICIOLI, 2011, p.25). Desse modo, um sujeito educado financeiramente saberá adentrar conscientemente em questões voltadas à vida pessoal, social e econômica, assim como enfrentar os obstáculos financeiros que surgem ou poderão surgir no decorrer da vida, podendo intervir com segurança.

De acordo com Muniz Júnior (2016), a Educação Financeira escolar tem como objetivo que alunos reflitam e compreendam situações financeiras em diferentes aspectos, sendo direcionada ao ensino aprendizagem de Matemática, mas não exclusivo. Ademais, propõe que, por meio da Matemática, os estudantes possam melhorar o seu entendimento, a análise e a tomada de decisões referentes às finanças ou vice-versa.

Segundo o que é apresentado pela ENEF, no documento de orientações para Educação Financeira nas escolas: A Educação Financeira escolar mostra-se essencial na busca por realização de sonhos, em que discentes e professores ao entenderem os conceitos financeiros podem vir a ser menos vulneráveis ao desequilíbrio e danos financeiros que comprometam o seu bem-estar e de outras pessoas (BRASIL, 2011b). Em outras palavras, trabalhar Educação Financeira nas escolas possibilita aos educandos melhorias na qualidade de vida por meio de atitudes mais saudáveis.

Segundo Silva e Powell (2013), o processo de ensino deve ter como finalidade fortalecer o pensamento financeiro dos alunos, integrado à Educação Matemática e, para alcançar esse objetivo geral, pretende-se que estudantes venham ser capazes de:

- compreender as noções básicas de finanças e economia para que desenvolvam uma leitura crítica das informações financeiras presentes na sociedade;
- aprender a utilizar os conhecimentos de matemática (escolar e financeira) para fundamentar a tomada de decisões em questões financeiras;
- desenvolver um pensamento analítico sobre questões financeiras, isto é, um pensamento que permita



avaliar oportunidades, riscos e as armadilhas em questões financeiras;

- desenvolver uma metodologia de planejamento, administração e investimento de suas finanças através da tomada de decisões fundamentadas matematicamente em sua vida pessoal e no auxílio ao seu núcleo familiar;

- analisar criticamente os temas atuais da sociedade de consumo.

(SILVA; POWEL, 2013, p.13)

A Educação Financeira trabalhada no contexto escolar permite ao aluno a capacidade de ver, analisar e refletir ao seu redor com outros olhares, estimulando hábitos conscientes como, por exemplo, apagar a luz ao sair do quarto, fechar a torneira e desligar o ar-condicionado, televisão ou qualquer meio eletrônico quando não estiver usando e não desperdiçar alimentos, entre outros.

É importante que a Educação Financeira venha a fazer parte desde cedo dos currículos escolares da educação básica possibilitando que crianças venham, no futuro, tornar-se adultos financeiramente responsáveis e participativos na sociedade em que vivem. Conforme Forte (2021), o quanto antes essa temática vir a ser desenvolvida na educação, mais oportunidades as crianças terão de tornarem-se adultos críticos e cientes das suas decisões financeiras. Neste aspecto, a escola não deve ser a única responsável por desenvolver a Educação Financeira na vida dos alunos, a família engaja-se nesse processo.

A família é o lócus primeiro de cuidado de uma pessoa. É na família que cada indivíduo estabelece as primeiras relações com o mundo externo e, do mesmo modo, ela serve também para estabelecer o padrão do relacionamento do uso do dinheiro. Além disso, o modelo mais forte na vida das crianças é o comportamento dos pais, sobre os quais os filhos estabelecerão mais tarde, a sua relação consigo mesmos e com o mundo. (MANFREDINI, 2007, p. 21).

Em outras palavras, há necessidade de crianças e jovens serem incluídos em atividades que enfatizem a importância da conscientização financeira, que economizar/poupar não é deixar de consumir, ou ficar sem comprar algo que se deseja, mas a valorização do dinheiro, seja ele muito ou pouco, pois o dinheiro é finito, isto é, ele pode acabar e, portanto, ele deve ser administrado da melhor forma possível.

É preciso que os pais tenham diálogos com seus filhos sobre a situação financeira familiar, a importância do dinheiro e a responsabilidade que cada um tem no orçamento doméstico, devendo deixar explícito que, em determinado momento, nem sempre será possível a obtenção de tudo que realmente queiram, mas que, com a cooperação de todos, as metas podem ser alcançadas.

No entanto, muitas famílias passam por problemas quanto à má administração de suas finanças, podendo ser explicado pela ausência de um contato e orientação mais próxima com a Educação Financeira ou mesmo pelo desinteresse em conhecer sobre o tema. Sendo assim, conforme Teixeira (2020, p. 13), “a escola deve promover um trabalho efetivo e prático, fornecendo conhecimentos escolares às crianças e adolescentes, para que estes também consigam orientar suas famílias e demais membros da sociedade”. Por isso, o convívio dos educandos com essa temática pode possibilitar que esse conhecimento seja compartilhado para dentro da realidade familiar, gerando mudanças de hábitos quanto à gestão financeira.

Em termos metafóricos, a Educação Financeira pode ser vista como uma “caixa de ferramentas” em que uma das ferramentas seja a matemática financeira, mas não a única, pois temos os diversos conhecimentos curriculares e extra-curriculares trabalhados nas outras disciplinas escolares que



podem auxiliar significativamente no enriquecimento e variedade dessa “caixa de ferramenta”. (VIEIRA; SOUZA; KISTEMANN JR, 2021, p.132)

Assim, apesar da relação que existe entre as duas, elas são diferentes, uma vez que a Educação Financeira está voltada à formação de comportamentos, enquanto a Matemática Financeira é mais conhecimento técnico e com o uso de cálculos preferencialmente preciso.

Segundo Campos, Teixeira e Coutinho (2015), a Educação Financeira está intimamente relacionada à Matemática no contexto escolar, pois possibilita a quantificação e utilização de valores monetários relacionados às atividades financeiras. Mas essa relação é mais significativa por meio do conteúdo da Matemática Financeira. Essas duas áreas de conhecimento juntas podem trazer resultados significativos e as escolas devem adotá-las. Não só os professores de Matemática têm que trabalhar com os conceitos relacionados à temática, pois a Educação Financeira pode ser desenvolvida em diversos contextos: matemático, histórico, social, geográfico, biológico entre outros.

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN):

Art.37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, p.19)

A EJA contempla as mais diversas faixas etárias em uma mesma sala, desde adolescentes, adultos e idosos. Esses grupos têm diferentes experiências de vida e a maioria deles está no mercado de trabalho, diferentemente dos alunos do ensino regular, que aprendem a acumular experiências futuras ao longo da vida na realização de sonhos e projetos (HURTADO; FREITAS, 2020).

A EJA faz parte da educação básica, mas vale ressaltar que a BNCC não faz menção a essa modalidade, visto que a EJA atende a um amplo público social e econômico e a diversas faixas etárias, com frequentes exclusões na infância e adolescência que não podem ser negligenciados no desenvolvimento dos currículos escolares (JORGE; GARCIA, 2021). Sendo assim, Hurtado e Freitas (2020, p.72) apontam que o texto desse documento “[...] não valorizou as particularidades de seus alunos, sendo necessária uma reconstrução curricular que respeite as diversidades, bem como contribua para a autonomia e emancipação dos indivíduos”.

Para Ribeiro et al. (2015, p.104), “a Educação de Jovens e Adultos contempla uma metodologia que vislumbra a aproximação do que é dito em sala de aula com o cotidiano dos alunos”. Assim, fornecer informações sobre Educação Financeira para esses estudantes pode ajudá-los a atualizarem-se sobre a sociedade, política e economia escolar, o que contribuirá para a construção de conceitos individuais e coletivos na aplicação em seu dia a dia (JORDÃO; NAVARRO, 2017).

Segundo Hurtado e Freitas (2020, p.72), considerando as obrigações legais da EJA, a Educação Financeira:



[...] contribui no exercício desse direito fundamental, que é a própria educação, promovendo novas oportunidades dentro da sociedade, auxiliando o aluno no desenvolvimento de seu potencial, fortalecendo sua participação e autonomia frente aos diversos desafios financeiros existentes na vida social.

Como a EJA deve estar envolvida em atividades de aprendizagem que valorizem o perfil do aluno, a Educação Financeira pode estimulá-lo a adquirir novos conhecimentos, tornar-se criativo e auto avaliador e, assim, ajudá-lo a administrar melhor sua vida financeira no presente e promover qualidade no futuro (HURTADO; FREITAS, 2020). Conforme salientam Demarques e Maia (2020), nos ambientes escolares, os professores devem trabalhar pela independência da aprendizagem, proporcionar aos alunos uma educação crítica e a oportunidade de serem o objeto de sua própria aprendizagem.

Devido ao constante crescimento dos meios de comunicação em massa que propagam uma diversidade de produtos atraentes, jovens e adultos tendem a cair na armadilha do consumo, das compras sem planejamentos, gastando com coisas que não cabem no seu bolso e, conseqüentemente, endividando-se, por isso é necessária uma boa educação voltada para as finanças. Assim sendo, a Educação Financeira é capaz de dar aos alunos “uma visão mais crítica sobre sua realidade, em especial aos contornos financeiros que moldam a sociedade, em especial aos produtos de consumo e publicidades” (HURTADO; FREITAS, 2020, p.68).

A maioria dos alunos da EJA busca essa modalidade de ensino para conciliar estudos e trabalho, pois não concluiu a Educação Básica em tempo oportuno. Sendo assim, de acordo com Jordão e Navarro (2017), os estudantes da EJA aprendem sobre Educação Financeira tardiamente e, com isso, têm que lidar com os temas financeiros enquanto estudam, antes de terem qualquer conhecimento do assunto em sala de aula. Ainda segundo Jordão e Navarro (2017), visto que não há informação antecipada sobre esse assunto nas escolas e em ambientes familiares,

[...] nota-se na EJA o não planejamento financeiro, as insatisfações e inseguranças na organização dos orçamentos domésticos, a falta de valorização nos investimentos, colaborando assim com trabalhos exaustivos, com carga horária extensa, salários mínimos, compras a prazo, falta de investimentos, de diálogo e interesse financeiro. (JORDÃO; NAVARRO, 2017, p.83)

Comumente o público da EJA é formado por pessoas que aprenderam, na prática, o que acreditam ser a melhor forma de administrar o dinheiro e podem sentir-se inseguros e desmotivados com o que está passando ou ter passado por contratempos financeiros. Desse modo, é fundamental que o professor seja capaz de entender as necessidades, desafios e dificuldades de seus alunos e, assim, adequar sua prática docente (JORDÃO; NAVARRO, 2017). Assim posto, de acordo com Hurtado e Freitas (2020), o diálogo entre a Educação Financeira e a EJA pode capacitar o aluno a tomar decisões conscientes sobre o gerenciamento de suas finanças, podendo evitar problemas financeiros agora e no futuro.

Ao trabalhar com a EJA, é importante considerar os saberes que os alunos trazem consigo, respeitando o lado individual e suas peculiaridades. Em outros termos, os educadores devem estar cientes de que os estudantes da EJA possuem conhecimentos e experiências acumuladas ao longo da vida, bem como práticas cotidianas que podem ser discutidas e trazer contribuições significativas para a sala de aula.



A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESTADO DO TOCANTINS

Em 2009, o estado do Tocantins aderiu, por meio da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC/TO), ao programa de Educação Financeira nas escolas, assinando, com AEF-BRASIL, o projeto piloto, como enfatizam Melo et al. (2021). Como previamente discutido no tópico anterior, esse projeto piloto iniciou em 2010, com duração de dois anos, tendo sido instaurado em 891 escolas de seis estados brasileiros (Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins), sendo disponibilizados materiais pedagógicos de Educação Financeira para o Ensino Médio. No Tocantins, a princípio, o programa foi introduzido em seis instituições de ensino, contando com a colaboração de uma equipe interligada às Diretorias Regionais de Educação.

Depois de aderir ao programa, buscou-se, no estado do Tocantins, a realização de cursos para a capacitação de professores e a distribuição de recursos didáticos. Melo et al. (2021, p.148) destacam que esse programa buscava “[...] disseminar a temática na rede de escolas estaduais do Tocantins oferecendo orientações institucionais, suporte operacional às Diretorias Regionais de Ensino (DREs), formação continuada a professores e técnicos, e distribuição de materiais didáticos- pedagógicos”.

Com a conclusão do projeto piloto e a expansão da Educação Financeira para um número maior de escolas no estado do Tocantins, em 2015, essa temática passou a ser uma meta no Plano Estadual de Educação, homologado pela lei Estadual nº 2.977 de 8 de junho de 2015, definidas na Meta 11 (Estratégia 11.6) e Meta 23 (Estratégia 23.27), as quais afirmam que:

11.6. [...] combatendo práticas relacionadas ao desperdício, degradação e consumismo, e práticas e disseminação de educação financeira nas escolas;

23.27. Garantir a expansão da educação fiscal, educação financeira, educação ambiental, educação para o trânsito, educação em direitos humanos, por meio da transversalidade no currículo da educação básica, em todas as etapas e modalidades, em parceria com diferentes setores do governo, instituições privadas e organizações não governamentais, a fim de fortalecer a formação social e integral do cidadão. (TOCANTINS, 2015, [s/p])

Conforme Melo et al. (2021), diante disso e mediante as discussões do tema na BNCC, o currículo escolar no estado do Tocantins passou por mudanças em sua organização de modo a incluir, em 2016, a Educação Financeira na Proposta Pedagógica da SEDUC/TO também para o ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. O Tocantins destaca-se entre os outros estados, pois, segundo Melo et al. (2021), ele foi o único a incluir a Educação Financeira no Plano Estadual de Educação.

Em 2017, para dar início a uma nova etapa do programa Educação Financeira nas escolas, foram ofertados cursos de aperfeiçoamentos sobre essa temática para 50 docentes e 40 multiplicadores da rede pública estadual de ensino do Tocantins, com carga horária de 194 horas, mediante a parceria entre SEDUC/TO, AEF-Brasil e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os cursos eram realizados na modalidade à distância e foram abordados os seguintes temas: planejamento, organização, poupança, controle e capacidade de iniciativa com a finalidade de favorecer a transversalidade, e trabalhar a temática Educação Financeira nas unidades escolares como um ambiente de pesquisa-ação tendo a efetivação através de um projeto de intervenção. Uma equipe de professores orientadores com formação e experiência em Educação Financeira participou do projeto.

Diante das experiências de sucesso alcançadas sobre o tema no Tocantins, em 2018, representantes do Banco Central do Brasil (BCB) visitaram o estado com o objetivo de analisar a trajetória do programa, destacando a Educação Financeira desenvolvida no Tocantins como referência nacional (LIMA, 2018). Patriota



e Camargos (2022) salientam que o estado do Tocantins sempre participa na Semana Nacional de Educação Financeira (SENEF) em um lugar de destaque, com apresentação de ações da SEDUC/TO, DREs e escolas. Realizada no Tocantins em 2018, a VI SENEF impulsionou o desenvolvimento de 300 iniciativas, sendo que 20 foram reconhecidas pela CONEF.

Em 2018, o programa contava com a participação de 408 escolas, envolvendo 777 professores e 15 professores multiplicadores, incluindo mais de 154 mil alunos (LIMA, 2018). Segundo Melo et al. (2021), em 2019, o currículo da educação básica no Tocantins passou por mudanças, mas manteve a Educação Financeira de modo transversal, no entanto, entre 2019 e 2020, houve redução na execução.

PESQUISA COM DOCENTES EM ESCOLAS ESTADUAIS DE ARAGUAÍNA/TO QUE OFERTAM A EJA

Nesta seção, são apresentados os resultados de uma pesquisa feita com oito professores de Matemática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em quatro escolas/colégios estaduais de Araguaína/TO.

Para realizar essa investigação, elaborou-se um questionário em uma plataforma on-line, o Google forms, composto por oito questões, sendo três perguntas abertas e cinco fechadas, e, entre as de múltipla escolha, três tinham a opção de justificar a resposta. Após contatos iniciais com os 10 professores que aceitaram participar da pesquisa, foi enviado o questionário via aplicativo WhatsApp, no entanto, dois deles não realizaram a devolutiva com o questionário respondido. A princípio, foi explicado aos professores que esta pesquisa tinha como objetivo compreender como a Educação Financeira é desenvolvida com alunos da EJA.

Destaca-se, ainda, a anonimidade das respostas, ou seja, que não haveria a identificação dos professores e nem das unidades de ensino, mas que elas seriam utilizadas apenas para acompanhamento dos professores respondentes. Diante disso, para a preservação da identidade dos entrevistados, adotou-se os códigos P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8, para os oitos professores participantes da pesquisa, sendo que a escolha dessa ordenação foi feita de acordo com a ordem de chegada das respostas.

Na primeira questão, indagou-se sobre a formação acadêmica dos partícipes, ano de conclusão e a instituição em que obtiveram a graduação. O Quadro 1, apresenta as respostas dos professores em relação à primeira questão.

Quadro 1 - Formação acadêmica; Instituição de graduação e ano de conclusão

Professores	Respostas
P1	Licenciatura em Matemática, UFT, 2019.
P2	Ciências com plena habilidade em Matemática, 2011, UFT
P3	Mestranda do Curso Ensino de Ciências e Matemática, UFT, 2017.
P4	Ciências com Habilitação em Matemática/ Unitins/2000.
P5	Ciências Habilitação Plena em Matemática, UFT, 2000.
P6	Graduação em Matemática pela UFT Araguaína e Mestre em Matemática pela UFT Palmas. Graduação concluída em 2005 e Mestrado concluído em 2020.
P7	Matemática- UFT-1992.
P8	Nível superior- FACILA atualmente, UFT em 1989.

Fonte: Dados da pesquisa.



Na segunda questão, os professores foram questionados se tiveram contato com a temática Educação Financeira no decorrer do seu processo de formação acadêmica (Inicial/ ou continuada). As respostas evidenciam que 50% dos professores entrevistados tiveram contato com o tema. Além disso, caso a resposta do entrevistado fosse sim, ele poderia comentar como ocorreu essas vivências formativas em Educação Financeira. Assim, obteve-se as respostas para esta questão conforme destacadas no Quadro 2.

Quadro 2 - As vivências formativas em Educação Financeira

Professores	Respostas
P1	Lembro que era uma disciplina optativa. O Prof. X que ministrava, somente mandava responder o livro que ele adotou.
P3	Foi através de uma disciplina optativa, porém a compreensão não era para a educação básica, mais para nível superior.
P4	Muito gratificante.
P8	Muito relevante, pois agregou à minha vida.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando as falas dos professores P1 e P3, podemos compreender que, durante sua formação acadêmica, eles tiveram contato com a disciplina de Matemática Financeira, não à Educação Financeira, como afirmam. Existe uma dificuldade em diferenciar tais conceitos. Em concordância com Oliveira e Stein (2015, p.18):

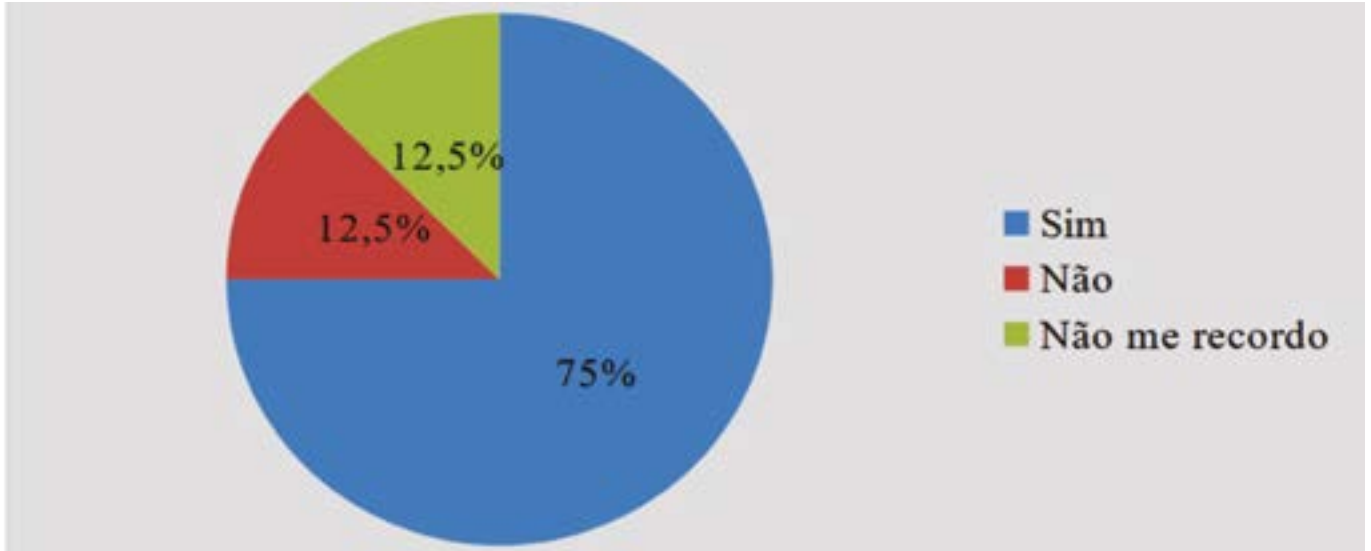
Sendo assim, como os professores, na maioria sem formação sobre questões que envolvem a temática da Educação Financeira estarão preparados para a função de educar e preparar os estudantes para as eventuais armadilhas do consumo e para uma futura vida financeira equilibrada e responsável? Não se pode ignorar a identidade de professor educador, mas ter claramente as limitações do ofício [...]

Portanto, é de fundamental importância que os educadores estejam preparados para trabalhar com Educação Financeira em seu ensino, para que possam passar aos seus alunos conhecimento e experiência sobre esse assunto para melhor orientá-los.

Na terceira questão, arguiu-se sobre a definição da temática Educação Financeira, questionando, se os professores realmente entendem os objetivos dessa área do conhecimento ou se ainda falta clareza sobre o tema, pois, conforme o Quadro 2, os professores P1 e P3 comentaram sobre suas vivências formativas em Educação Financeira e, após analisá-las, verificou-se que as concepções que eles traziam eram mais voltadas para a abordagem de Matemática Financeira do que para a Educação Financeira. Assim, corroborando com a afirmação de Machado e Gouveia (2022), os quais afirmam que é muito comum associar Educação Financeira à Matemática e à Matemática Financeira, o que representa, de fato, uma confusão de termos e finalidades.

Na quarta questão, interrogou-se quanto à presença da temática Educação Financeira no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola onde os respondentes trabalham.

Gráfico 1 - Educação Financeira no Projeto Político Pedagógico das escolas



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o Gráfico 1, visualiza-se que 75% dos professores entrevistados responderam que o tema Educação Financeira está presente no PPP da escola, sendo que 12,5% responderam que não, e 12,5% não se recordam. De acordo com Demarques e Maia (2020, p.281):

Destaca-se a necessidade de orientar os profissionais da educação na construção Projeto Político Pedagógico (PPP) para garantir a transversalidade do tema Educação Financeira, desde o ensino infantil ao superior nas instituições federais, estaduais e municipais. O PPP deve propor ações de intervenção pedagógica nos processos de ensino para a os estudantes que apresentam dificuldade na aprendizagem de conteúdos ainda não consolidados através de atividades interdisciplinares e transdisciplinares, estabelecendo metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo.

Dessa forma, é relevante que a Educação Financeira esteja entre as propostas educacionais na Política Pedagógica das escolas a ser trabalhada de modo transversal, ou seja, que permeie outros campos do conhecimento, não só a Matemática ou a Matemática Financeira, pois ela pode contribuir no processo de ensino e possibilitar a formação de cidadãos críticos capazes de tomar decisões em qualquer circunstância que envolva a sua vivência financeira.

Na quinta questão, foi questionado se os educadores trabalham com Educação Financeira em sala de aula. Todos os professores afirmaram que trabalham com a Educação Financeira em aula. Ainda na questão 5, os professores entrevistados foram solicitados a comentar, caso respondessem sim, como os conceitos de Educação Financeira vêm sendo desenvolvidos com alunos.



Quadro 3 - A Educação Financeira desenvolvida com alunos

Professores	Respostas
P1	Juros simples e Juros compostos.
P2	Através de livros e vídeos.
P3	Poucas são as abordagens, mas uma delas é através da feira realizada no supermercado, de que maneira o mesmo poderia economizar levando em consideração o salário, tendo em vista a feira, o transporte, o tempo e outros fatores.
P4	Com a resolução de situações problemas com a temática vista na sala.
P5	Oficinas e palestras.
P6	São elaboradas atividades para discussão em sala de aula sobre temáticas relacionadas a orçamento familiar, gestão financeira de recursos e a relação de consumo x orçamento.
P7	A Educação Financeira trabalha o dia a dia dos nossos alunos
P8	Muitos satisfatórios

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, constata-se que metade dos professores busca desenvolver a Educação financeira em situações voltadas ao cotidiano do aluno. Em contraste, destaca-se a fala do professor P1 que diz trabalhar com a temática em sala de aula, conforme os entrevistados afirmaram em sua totalidade, mas quando questionado sobre como tais conceitos estão sendo aplicados, apresentam aspectos relacionados a Matemática Financeira, juros simples e juros compostos, sem especificar como a Educação Financeira é contextualizada nesse processo de aprendizagem.

Campos, Teixeira e Coutinho (2015, p. 564) ressaltam que “[...] o ensino de conteúdos de Matemática Financeira dentro da disciplina de Matemática em si não basta para cumprir o papel de formar cidadãos e promover a Educação Financeira se ele não for contextualizado em situações reais ou realísticas, próximas ao cotidiano do educando [...]”. Em outras palavras, a Matemática Financeira é uma área em que o tema Educação Financeira pode estar relacionado, mas, para isso, é necessário evidenciar o dia a dia dos alunos, de modo que possam desenvolver conhecimentos financeiros para atuação em diferentes contextos.

Na sexta questão, foi indagado sobre a inclusão da Educação Financeira no ambiente escolar. Para esse questionamento, as respostas estão transcritas no Quadro 4 e, partir delas, observa-se que os professores reconhecem a importância da Educação Financeira nas escolas para o processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 4 - A relevância da Educação Financeira nas escolas

Professores	Respostas
P1	É de suma importância, pois os alunos aprendem ter responsabilidade na administração do dinheiro, assim, tendo uma vida mais saudável e tranquila.
P2	Sim, pois, a partir deste momento, os estudantes irão apresentar como controlar e administrar suas finanças com a família.
P3	Sim. Pois tende a ajudar a compreensão de tomadas de decisões conscientes e coerentes ao processo em que o cidadão se encontra, procurando a forma que melhor o ajudará em suas finanças e planejamentos.
P4	Muitos, sobretudo com a situação que vivemos hoje.



P5	Sim. Porque ensinamos desde séries iniciais como trabalhar com o dinheiro.
P6	Sim. Tem-se a oportunidade de discutir situações relevantes para um melhor conforto financeiro no ambiente familiar no que diz respeito à receita versus consumo, por exemplo.
P7	Sim, pois é um tema relevante na aprendizagem dos alunos.
P8	Sim. É essencial.

Fonte: Dados da pesquisa.

Para Silva e Powell (2013, p.12-13), a Educação Financeira no âmbito escolar:

Constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem.

Assim, podemos ressaltar que a Educação Financeira, quando desenvolvida nas escolas, pode proporcionar a construção de conhecimentos significativos, capazes de orientar os estudantes a fazerem escolhas financeiras conscientes, visando a uma melhor qualidade de vida.

Na sétima questão, foi perguntado se o aluno da EJA é participativo nas ações que envolvam conceitos de Matemática Financeira e/ou Educação Financeira, ao responderem que “sim” ou “não”, foi solicitado que justificassem suas respostas. Com base nas respostas, fica evidente que 87% dos respondentes enfatizam a participação dos alunos da EJA em conceitos de Matemática Financeira ou Educação Financeira. O Quadro 5 apresenta as justificativas dadas pelos entrevistados.

Quadro 5 - Participação dos alunos em aulas com Matemática Financeira e/ou Educação Financeira

Professores	Respostas
P1	Eles gostam de entender o que acontece com o dinheiro, começa a entender os tipos de juros, e ver o que compensa e não compensa!
P2	Tudo que se propõe a eles são bem recebidos.
P3	O mesmo se vê em situações que sabe a importância de gerenciar suas finanças e como seu conhecimento é superficial, podendo não saber escolher o melhor caminho, assim, o tema se torna interessante, pois faz parte da sua prática diária.
P4	Com o Novo Ensino Médio, nós temos as disciplinas chamadas Eletivas e uma delas é a Educação Financeira.
P5	A participação do aluno do EJA é sucinta como nos demais componentes curriculares.
P6	As discussões fazem grande parte deles, reverem suas relações com o dinheiro, principalmente no âmbito do consumo e equilíbrio financeiro.
P7	A maioria deles trabalha no comércio
P8	São adultos e se interessa, com aquilo que podem levar para a vida.

Fonte: Dados da pesquisa.



A partir dessas informações, em especial pelo relato do professor P5, percebe-se que o interesse dos alunos por esse tipo de abordagem e outros assuntos é limitado. Jordão e Navarro (2017, p.80) afirma que “[...] entre os estudantes, é comum a insegurança, e em vários momentos este estudante manifesta suas vontades, escolhas, receios, situações problemas, fazendo com que o professor precise replanejar a prática pedagógica”. Analisando as respostas dos professores P1, P3 e P6, verifica-se que o tema Educação Financeira desperta atenção dos alunos, pois eles consideram importante a habilidade de lidar com o dinheiro, o que ressalta o quanto é importante o professor buscar metodologias de ensino que estimulem os alunos a participar e reconhecer a importância de tais assuntos para o seu bem-estar financeiro.

Nas situações pedagógicas da EJA, os educadores devem adequar as ocorrências relacionadas a questões financeiras no cotidiano dos estudantes, proporcionando novos conceitos e estratégias a este respeito e assim possibilitando o desenvolvimento de uma visão crítica e ampla para a construção mais consciente e próxima à sua realidade, ampliando o aprendizado. (JORDÃO; NAVARRO, 2017, p.83)

Ao refletir acerca do que tratam esses autores, é necessário que os professores da EJA forneçam abordagens voltadas às questões financeiras que tenham como alvo as práticas diárias desses alunos. Neste sentido, como os estudantes dessa modalidade de educação são adultos, que, em sua maioria, tem que lidar com finanças no seu cotidiano, antes mesmo de terem contato e conhecimento consistente sobre o assunto, ou seja, eles não são ou não foram alfabetizados financeiramente e, portanto, geralmente, têm dificuldade em administrar seu dinheiro.

Na última questão, foi indagado aos professores o que precisa ser ofertado (na formação inicial e/ou continuada, nas condições de trabalho, dentre outros) em prol de uma ampliação e melhoria das ações voltadas para a Educação Financeira nas escolas. As respostas estão ilustradas no Quadro 6.

Quadro 6 – Sugestões de ações em prol da Educação Financeira na escola

Professores	Respostas
P1	A disciplina no curso de Matemática não sendo optativa já é ganho! Um professor que saiba explicar o conteúdo melhor ainda! Uma formação com pedagogos e licenciados com minicursos ajudariam bastante! Assim como a LIBRAS, a Matemática/ Educação Financeira deve ser uma disciplina obrigatória.
P2	Oficina prática.
P3	Formação de um curso básico de Educação Financeira para todos os professores, não só na Matemática, pois a educação financeira está presente em todas as aulas. Formação de como fazer planejamentos de aula que abordem a temática.
P4	Mais cursos.
P5	Trabalhar a base dos alunos nas séries anteriores.
P6	Formação com especialista do âmbito da educação financeira abordando temáticas como: consumo consciente, gestão de recursos, no âmbito do orçamento familiar e investimentos a longo prazo é possível, e traz saúde financeira.



P7	Deveria trabalhar a interdisciplinaridade este tema.
P8	Mais aulas direcionadas a esse tema.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos dados do quadro, destacam-se as falas dos professores P1 e P7, sendo que o primeiro defende a obrigatoriedade do tema Educação Financeira para a qualificação docente, enquanto o segundo considera que deve ser trabalhada a interdisciplinaridade dessa temática, que ela venha “[...] ser um elo de ligação entre várias áreas do conhecimento, no sentido de fazer com que trabalhem juntas” (STEPHANI, 2005, p.29).

De maneira geral, observa-se que os professores entrevistados consideram importante uma formação voltada para a Educação Financeira. Pois, “[...] quando bem formados e preparados para lidarem com a Educação Financeira, são capazes de promovê-la mais facilmente e gerar mudanças em todos os aspectos de formação dos indivíduos para que possam viver em sociedade e exercer sua cidadania (TEIXEIRA, 2017, p.75).

Assim, é necessário que os professores tenham o conhecimento sobre a temática para ensinar Educação Financeira em sala de aula. Isso não significa apenas entender o conceito de tal tema, mas também a habilidade e autonomia para ensinar bem esse assunto nas escolas, para que os alunos entendam a relevância desse estudo para sua vida em sociedade. Para esses docentes, uma capacitação profissional é considerada essencial, se o objetivo for o aperfeiçoamento das ações voltadas à Educação Financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Financeira discutida em sala de aula pode ser uma importante ferramenta no ensino de jovens e adultos, o que contribui para aprimorar o conhecimento necessário para lidar com problemas que podem reduzir sua qualidade de vida financeira e levá-los ao endividamento e inadimplência. Diante disso, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como estão sendo desenvolvidos os conceitos da educação financeira com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas escolas estaduais da cidade de Araguaína/TO?.

Com base nos estudos realizados, foi possível observar que a Educação Financeira não é uma metodologia de ensino que ensina como as pessoas devem gastar o dinheiro ou com o que gastar, mas é uma temática que auxilia na mudança de comportamentos. Seu objetivo é educar e ajudar as pessoas a serem organizadas e seguras financeiramente, bem como desenvolver o pensamento crítico e ponderado nas tomadas de decisões.

Na Base Nacional Comum Curricular, a Educação Financeira está expressamente enunciada nas habilidades matemáticas nos anos finais do ensino fundamental, enquanto nas competências do Ensino Médio é mais direcionada à Matemática Financeira, apresentando apenas alguns conceitos típicos da temática Educação Financeira.

Os alunos da EJA são aprendizes tardios da Educação Financeira e que, ao discutir esse tema no contexto escolar, é possível ajudar a criar conceitos que possam ser aplicados nas suas práticas diárias. Com isso, permitindo-lhes administrar conscientemente as suas vidas financeiras, evitando problemas atuais e futuros.

Além disso, constatou-se que a Educação Financeira é um tema emergente no estado do Tocantins. Lima



(2018) destaca que os avanços da temática no estado têm sido referência no cenário brasileiro. Analisando e considerando as falas dos professores selecionados para este estudo, chegamos à conclusão de que, de maneira geral, os entrevistados entendem a importância de abordar o tema Educação Financeira nas escolas.

Em relação ao desenvolvimento da Educação Financeira em sala de aula, observa-se pelas respostas que a mesma faz parte das práticas dos professores de Matemática, sendo que a maioria procura engajar-se em atividades voltadas ao cotidiano dos alunos. No entanto, quando um dos professores entrevistados diz trabalhar com a Educação Financeira em sala de aula e desenvolve apenas conceitos relacionados à Matemática Financeira, acaba por demonstrar pouca coerência e clareza sobre a temática e seus objetivos.

Em nossas observações, identificou-se a necessidade das instituições de ensino atentarem para a construção de um Projeto Político Pedagógico, em que a Educação Financeira esteja entre as propostas a serem desenvolvidas nas escolas, pois apenas 12,5% dos participantes responderam que não há presença do tema no referido documento da escola, e outros 12,5% não se recordam.

Destaca-se, ainda que um dos professores respondeu que os alunos não são participativos em conceitos relacionados à Educação Financeira e/ou Matemática Financeira. Assim, antes de discutir a Educação Financeira em sala de aula, o docente, como mediador, no processo de ensino-aprendizagem deve compreender claramente o assunto e sua importância para a qualidade de vida dos discentes, pois, muitas vezes, estes só têm acesso à Educação Financeira por meio da escola.

Por fim, para garantir um desenvolvimento eficaz da Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos (EJA), é fundamental que essa abordagem seja incorporada à formação inicial e ao aperfeiçoamento dos professores. Pois, apenas a metade dos entrevistados disseram ter tido essa abordagem em sua formação docente, mas seus relatos de vivências evidenciam que essas práticas estavam relacionadas à Matemática Financeira e não a Educação Financeira em si. No entanto, esses professores consideram importante uma formação voltada à Educação Financeira para aprimorar as atividades relacionadas a esse tema nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F. C.; CALIFE, F. E. **Uma história não contada da educação financeira no Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BASSETTO, C. F.; CAPELATO, E.; FERNANDES, A. E. G. Oficinas de Educação no ensino de Jovens e Adultos: relato de uma experiência em sala de aula. KISTEMANN JR, M. A.; SOUZA, F. S. (Org.). **Educação Financeira e Educação Estatística**. Nova Xavantina: Pantanal, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Brasil: **Implementando a Estratégia de Educação Financeira**. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- BRASIL. **Plano diretor da ENEF**: Estratégia Nacional de Educação Financeira. 2011a. Disponível em: www.vidaedinheiro.gov.br/plano-diretor. Acesso em: 21 abr. 2022.



BRASIL. **Plano diretor da ENEF**: Estratégia Nacional de Educação Financeira (Anexos). 2011b. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

[CAMPOS, C. R.; TEIXEIRA, J.; COUTINHO, C. Q. S. Reflexões sobre a Educação Financeira e suas interfaces com a Educação Matemática e a Educação Crítica. In: Educação Matemática Pesquisa, São Paulo, v.17, n.3, p.556-577. 2015.](#)

DEMARQUES, E. A.; MAIA, M. R. Educação Financeira na escola como projeto de intervenção pedagógica. **Revista MultiAtual**, v.1, n.4, p.280-295, ago. 2020.

FORTE, C. M. J. O papel da AEF-Brasil na execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira. FORTE, C. M. J. (Org.) **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**: Em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riemma, 2021. 31-59 p.

HURTADO, A. P. G.; FREITAS, C. C. G. A importância da Educação Financeira na educação de jovens e adultos. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 1, n. 3, set. /dez. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed.-São Paulo: Atlas: 2002.

JORDÃO, C. A.; NAVARRO, F. A. M. Educação Financeira na prática pedagógica de Jovens e Adultos. VISSOTO JR, D. (Org.) **Educação financeira nas escolas municipais**: uma abordagem participativa. Curitiba, 2017.

JORGE, C. M.; GARCIA, S. R. O. A invisibilidade da EJA na BNCC: Reprodução da estrutura social excludente. **Congresso Internacional Ensino Médio e Educação Integral na América Latina**. Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/congressointernacional/article/view/20913/1192613006>. Acesso em: 21 nov. 2022.

KISTEMANN JR, M. A.; COUTINHO, C. Q. S.; FIGUEIREDO, A. C. Cenários e desafios da educação financeira com a Base Comum Curricular (BNCC): Professor, Livro Didático e Formação. **Revista de Educação Matemática e Tecnologia Iberoamericana**, 2020.

KISTEMANN JR, M. A. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidor**. Tese (Doutorado Matemática), Universidade Federal Paulista, Rio Claro, 2011.

LIMA, M. Banco central aponta a educação financeira do Tocantins como referência para o Brasil. **Portal do Tocantins**, Palmas, 2018. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/banco-central-aponta-a-educacao-financiera-do-tocantins-como-referencia-para-o-brasil/4shz69xt0alp>. Acesso em: 19 set. 2022.

MACHADO, S. M.; GOUVEIA, R. C. Projeto sobre educação financeira: contribuições para uma formação emancipadora no Ensino Médio Integrado no IFSP. **RBEPT**, v. 1, n. 22, 2022.

MANFREDINI, A. M. N. **Pais e filhos**: Um estudo da educação financeira em famílias na fase da aquisição. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELO, J. A.; *et al.* Trajetória da educação financeira nas escolas do estado do Tocantins: do programa piloto à consolidação do polo de formação de professores na UFT. FORTE, M. J. (Org.). **ENEF**: Em busca de um Brasil melhor. São Paulo: Riemma, 2021.

MUNIZ JÚNIOR, I. A Educação Financeira e a sala de aula de Matemática: Conexões entre a Pesquisa Acadêmica e a Prática Docente. **XII ENEM**. São Paulo, 2016. 12 p. Disponível em: http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/6333_4396_ID.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-high-level-principles-for-the-evaluation-of-financial-education-programmes-portuguese.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

OLIVEIRA, S. S.; STEIN, N. R. A Educação Financeira na Educação Básica: um novo desafio na formação de professores. **Universo Acadêmico**, Taquara, v.8, n.1, 2015.

PATRIOTA, J. N.; CARMARGOS, H. S. Educação Financeira nas escolas do Estado do Tocantins. **DESAFIOS**, v.9, n. Especial, 2022.



PELICIOI, A. F. **A relevância da Educação Financeira na Formação de Jovens**. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências e Matemática), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RIBEIRO, C. A. S. *et al.* Educação Financeira Aplicada à Educação de Jovens e Adultos na Região do PADAP. **RBEC**, São Gotardo, 2015.

SANTOS, L. T. B. **Educação Financeira nos livros didáticos de matemática dos anos iniciais do ensino fundamental**: quais atividades sugeridas nos livros dos alunos e as orientações presentes nos manuais dos professores?. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, A. M.; POWEL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. **XI ENEM**. Curitiba, 2013. 16 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5940248-Um-programa-de-educacao-financeira-para-a-matematica-escolar-da-educacao-basica.html>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SILVA, A. D. P.; PESSOA, C. A. S.; CARVALHO, L. M. T. L. Panorama da educação financeira escolar em documentos oficiais. **Tangram**, Dourados, v.1, n.4, 2018.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SIMEÃO, J. A.; SANTOS, S. C.; FERREIRA, M. M. Educação Financeira nas escolas: Um estudo nas escolas públicas do Ensino Médio. **VI EPCT**, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8505956-Educacao-financeira-nas-escolas-um-estudo-nas-escolas-publicas-do-ensino-medio-do-municipio-de-juranda-pr.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

STEPHANI, M. **Educação Financeira**: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TEIXEIRA, D. F. Educação Financeira no Ensino Fundamental: conhecimentos identificados em um grupo de professores do quinto ano. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2017.

TEIXEIRA, J. Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

TEIXEIRA, S. A Educação Financeira como tema transversal na educação básica. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

TEIXEIRA, W. C. Proposta de um curso de serviço de Matemática Financeira com a inserção de temas ligados à Educação Financeira para graduandos. KISTEMANN JR, M. A.; SOUZA, F. S. (Org.). Educação Financeira e Educação Estatística. Nova Xavantina: Pantanal, 2021.

TOCANTINS, Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. PEE/TO (2015-2016). Palmas, 2015. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/32682>. Acesso em: 21 set. 2022.

VIEIRA, T. V.; SOUZA, F. S.; KISTEMANN JR, M. A. Uma investigação com professores de Matemática sobre Educação Financeira, Matemática Financeira e Letramento Financeiro com o suporte do CHIC. KISTEMANN JR, M. A.; SOUZA, F. S. (Org.) Educação Financeira e Educação Estatística. Nova Xavantina: Pantanal, 2021.